



# ciência plural

EDITORIAL

## PRODUZIR CONHECIMENTO SIGNIFICATIVO NA ÁREA DA SAÚDE EM TEMPOS DE CRISE: INVIÁVEL OU QUASE IMPOSSÍVEL?

**Luiz Roberto Augusto Noro**

Coordenador do Programa de Pós Graduação  
em Saúde Coletiva da UFRN  
E-mail: luiz\_noro@hotmail.com

**Paulo Capel Narvai**

Professor da Faculdade de Saúde Pública da USP  
E-mail: pcnarvai@usp.br

A produção do conhecimento tem proporcionado ao homem avanços em todas as áreas de atuação, permitindo o aperfeiçoamento de processos e facilitando ações específicas próprias da convivência humana. Em consequência, cabe à ciência brasileira, por meio de uma política de ciência, tecnologia e inovação socialmente referenciada, estimular pesquisadores a se vincularem cada vez mais à descoberta do novo, o que implica, para a produção científica que reconhece sua função social, admitir como essencial a busca da ampliação das conquistas sociais da população, indispensável em contextos, como o brasileiro, marcados por desigualdades iníquas.

Em alguns campos de conhecimento essas conquistas podem ser mais facilmente identificadas, considerando o grande avanço produzido por descobertas baseadas em tecnologia dura, como é o caso da informática e da robótica. Procedimentos e atividades desempenhadas sem grande envolvimento cognitivo de seres humanos vêm sendo substituídos por máquinas que agilizam o desenvolvimento das ações, além de as produzirem com maior eficácia e eficiência. Assim, procedimentos que podem

representar risco pela exposição de seres humanos a determinadas situações, podem ser executados a partir da utilização de técnicas ancoradas em mecanismos especialmente desenvolvidos para tais fins. Para viabilizar esses avanços há necessidade de investimento crescente tanto em equipamentos, cada vez mais potentes e mais complexos, que possam potencializar o desenvolvimento cognitivo do ser humano, como na própria formação de recursos humanos, elemento essencial para pensar criticamente nas estratégias viáveis para potencializar esse movimento em busca constante de respostas, muitas proporcionadas pelos avanços da tecnologia.

Esses avanços impactam significativamente, também, na área da comunicação, considerando a velocidade espantosa com que ocorrem e a necessidade de os novos conhecimentos (ou novas proposições) serem difundidos de forma rápida e abrangente. Tais áreas, por sua natureza e pela necessidade de constante reinvestimento, são muito estimuladas em países capitalistas, cujos parques industriais mostram-se crescentemente ávidos pela comercialização de seus produtos em escala universal, atraindo por essa razão mais recursos de diferentes naturezas. Pode-se dizer que o avanço tecnológico nessa dimensão encontra guarida no investimento privado, considerando o potencial de lucratividade embutido nesse tipo de investimento.

Em contrapartida, em áreas com importante interface social, como é o caso da saúde, um dos principais desafios é produzir conhecimentos novos que possam contribuir, de modo significativo, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em tais contextos, resulta estratégico que sobretudo o investimento público se direcione para ações de caráter coletivo, de inclusão universal e centrado na solução de problemas cuja relevância seja indicada pela população, sob as mais diversas expressões. É preciso reconhecer, a esse respeito, que no Brasil a produção de conhecimento novo na área da saúde está diretamente vinculada ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que deve ser compreendido como o principal instrumento, criado pela cidadania desde o advento do Estado Democrático de Direito, consagrado na Carta Magna de 1988, para que o País assegure a todos e a cada o pleno exercício do direito social à saúde.

A produção de conhecimentos sob esse referencial implica admitir a complexidade dos determinantes sociais envolvidos com o processo saúde-doença-cuidado, os quais requerem abordagens intersetoriais e transdisciplinares para sua adequada compreensão e enfrentamento, por meio de políticas públicas consistentes. Tal é o caso das ações nas áreas de prevenção de doenças e de promoção de saúde, nas quais a adoção de novas tecnologias leves que envolvam as pessoas em seus domicílios e em suas relações afetivas e culturais também se configuram como exigência elementar nas agendas de ciência, tecnologia e inovação. Soma-se a essas ações de baixa complexidade tecnológica, a necessidade

de novas alternativas terapêuticas, possíveis com investimento em tecnologia de ponta, principalmente pela perspectiva cada vez mais presente no aumento da expectativa de vida da população.

Mas essas demandas não se vinculam aos interesses do capital, que se expressam no âmbito do setor privado, uma vez que pode haver conflito entre os padrões de lucratividade a que aspiram empresas privadas e o que se busca, como desejável nesses novos conhecimentos, representado pela necessária inclusão de todos, sem exceção, a sistemas de proteção social, nos marcos dos sistemas universais de seguridade social, voltados para a produção do bem-estar da população, intensamente dependentes do investimento público. Por essa razão, não constitui exagero reafirmar papel estratégico do Estado, enquanto ente promotor do bem comum.

Considerando o atual momento político vivenciado pelo Brasil, caracterizado pela centralidade no modelo econômico neoliberal, ameaça de privatização de várias áreas estratégicas, com investimentos congelados para a área da saúde ao longo dos próximos vinte anos, em um orçamento já muito aquém de suas necessidades, é pertinente indagar sobre os rumos da produção de conhecimentos em setores literalmente vitais, como o da saúde. Não é, portanto, sem razão que a comunidade científica brasileira vem demonstrando apreensão com cortes em orçamentos de setores diretamente vinculados à produção científica, como os que vêm atingindo organismos como o CNPq e a CAPES.

Além dos constantes contingenciamentos, com prejuízos imediatos a ações e programas em desenvolvimento, preocupa que restrições de recursos levem à desorganização do sistema brasileiro de pós-graduação, para onde confluem recursos do CNPq e da CAPES, que se somam, em muitos estados, aos recursos locais provenientes das fundações de amparo à pesquisa. Nesse contexto, definido por autoridades públicas setoriais com palavras como “tragédia” e “horrível”, dentre outras, preocupa igualmente o fenômeno conhecido como “evasão de cérebros”, em que pesquisadores com diferentes graus de maturidade profissional optam por deixar o país, com prejuízos acadêmicos que podem exigir mais do que uma geração para serem equacionados. A Emenda Constitucional 95, de 2016, que está na origem de cortes e restrições, vem sendo apontada como o grande obstáculo à normalização da situação crítica em que se encontram órgãos e instituições que desempenham papel central na produção de conhecimentos também no setor saúde. Busca-se, junto ao Poder Judiciário, a sua revogação. Além disso, um dos caminhos pode ser o envolvimento de pesquisadores, alunos e profissionais de saúde, coerentes com seu processo formativo, numa aliança com os grupos sociais mais prejudicados por essas medidas, retomando o caminho da tão sonhada premissa constitucional de saúde como bem público acessível a todos e garantida pelo Estado.